

O pouco que sabemos de junho

Guilherme Figueredo Benzaquen¹

Resumo

A partir do diagnóstico de que muitas das análises escritas sobre o que vem sendo chamado de “as jornadas de junho” apresentam problemas teórico-metodológicos, o objetivo principal deste artigo é lançar questões que dificultem a cristalização das “verdades” e dos “fatos” que vêm sendo construídos. Há aqui um esforço de comunhão: aprofundar o movimento de transformação do pensar sobre os movimentos sociais — sem abandonar as contribuições das teorias dos movimentos sociais — através da incorporação de uma literatura pouco trabalhada na sociologia, dando prioridade para os questionamentos que surgiram tanto na vivência das manifestações recentes quanto no debate intelectual sobre elas.

Palavras chave: “Jornadas de Junho”; manifestações; movimentos sociais; teoria social, Brasil

Abstract

From the analysis that a lot of what is being written about what is called as “as jornadas de junho” have theoretical and methodological problems, the main objective of this article is bring questions that can make it harder to build “truths” and “facts” about the demonstrations. To deepen the process of changing the thinking about social movements, there is here an effort to unite contributions from the theories of social movements and a bibliography that is not well known in sociology. Besides that is given priority in the analysis to the questions that appeared in the living of the demonstrations and in the intellectual debate about them.

Keywords: “Jornadas de Junho”; Demonstrations; Social Movements; Social Theory, Brazil.

¹ Mestrando. Vinculação acadêmica Iesp/Uerj. Área de pesquisa: Teoria dos Movimentos Sociais

"The time that followed was an animated reminder that political struggle had not been tucked in museums or history books — and most certainly would not stand to be so any time soon. A sudden awaking. Or was it?"²

Em junho, enquanto caminhávamos pelas ruas, olhávamos buscando compreender os protestos, e nossos olhos não conseguiam abarcar a complexidade do que acontecia. Não conseguimos contar o número de pessoas, não conseguimos entender o que reivindicavam individual e coletivamente nem quem eram elas. Apesar disso, muito tem sido dito sobre o que vem sendo chamado, dentre outros nomes, de "As Jornadas de Junho". Desde então, muitos artigos foram lançados tanto em revistas acadêmicas quanto em jornais de grande circulação. Esse conjunto de manifestações que vem transformando a sociedade brasileira tem sido pauta central em

conversas, debates, aulas, palestras e mídia. O objetivo principal deste artigo é lançar questões que dificultem a cristalização das "verdades" e dos "fatos" que vêm sendo construídos sobre esse processo. Quem acompanha o debate público e participou ativamente dos processos consegue identificar certo abismo entre ambos: muitas vezes as interpretações não parecem ter correlação com o vivido. O caminho que escolhi foi fazer um debate indireto com as análises produzidas (citando sempre que seja produtivo), porque acredito ser mais importante, nesse momento, apontar possibilidades de superação desses problemas do que fazer críticas exaustivas aos analistas. Porém, espero que as afirmações quando genéricas sejam fáceis de identificar no que vem sendo produzido e discutido.

A questão da dificuldade da apreensão da realidade pelo conhecimento é antiga no pensamento oci-

² Antonis Vradis e Dimitris Dalakoglou (2013:13) sobre o levante grego.

dental, apesar disso, a prática dos sociólogos demonstra que às vezes ela é pouco problematizada. Não afirmo aqui a impossibilidade da construção de um conhecimento acadêmico sobre as manifestações, muito pelo contrário, defendo que a academia comece a trabalhar mais sistematicamente para dar conta dessa produção. Para tanto, terão que ser superadas muitas dificuldades epistemológicas, metodológicas e teóricas. Em consonância com esse diagnóstico, Breno Bringel (2013), recupera contribuições da teoria dos movimentos sociais para argumentar que o debate que vem sendo travado está contaminado por uma série de “miopias”. Para além das dificuldades inerentes a um processo que se move muito rapidamente, o autor identifica quatro miopias que serão trabalhadas ao longo deste artigo: a temporal presente/passado, a da política, a do visível e a dos resultados. Dialogarei com esse esquema aprofundando em propostas para superá-los, assim como

propondo a existência de outras miopias.

Para tanto, não irei ignorar o campo sociológico de produção sobre os movimentos sociais e compartilho do diagnóstico de alguns autores³ de que vivemos agora uma terceira fase dessa teorização. A primeira é a que teve como conceito central o de classes sociais e que tem início no século XIX. O marxismo dominou essa produção e havia uma associação clara entre movimentos sociais e movimentos revolucionários voltados para a tomada do Estado (Alexander, 1998). Já a segunda se configura pela entrada desse debate na academia a partir dos anos 1960. O conceito de movimentos sociais ganha força e ao invés de olhar apenas para os trabalhadores, os teóricos começam a tratar de movimentos feministas, ambientalistas, juvenis, estudantis, raciais... Por último, a partir do final do século XX, há a reconfiguração desse terreno e a teoria começa a incorporar proposições que estão

³ Ver Gohn e Bringel (2012).

além do que foi institucionalizado como “teoria dos movimentos sociais”. Como argumentam Gohn e Bringel (2012) isso ocorre devido às transformações do mundo que geram uma “globalização assimétrica” onde mudam tanto as formas de dominação quanto de resistência. Para dar conta desses processos complexos, os autores identificam três estratégias que vêm sendo utilizadas: análises que não se limitam às disciplinas mais habituais nos estudos dos movimentos sociais, análises que reivindicam uma descolonização do saber e do poder e a preocupação de interpretar formas não convencionais de ativismo. O esforço desse artigo é aprofundar esse movimento de transformação do pensar sobre os movimentos sociais através da incorporação de uma literatura pouco trabalhada na sociologia, dando prioridade para os questionamentos que surgiram tanto na vivência das manifestações recentes quanto no debate intelectual sobre elas.

O que foi mesmo que aconteceu?

As palavras usadas para descrever o que aconteceu no Brasil nos últimos meses não são gratuitas. Elas em si já são um recorte para uma determinada interpretação, pois é diferente falar de protestos, manifestações, movimento social, levante, insurgência, revolta, estado de ânimo, acontecimento... Mais do que um preciosismo com as palavras, é necessário que ao refletirmos sobre esse processo nos questionemos quais suas características para podermos utilizar os conceitos corretos. Esse não é um trabalho simples, mas evita o risco de já partirmos de uma realidade pronta, quando grande parte do nosso trabalho deve ser o de identificar os mecanismos que constroem essa realidade. Aqui analiso quatro das possíveis soluções para a questão da conceitualização: movimentos sociais, estado de ânimo, insurgência e acontecimento.

Muitos dos conceitos clássicos de movimento social não são possíveis

de encaixar nas reflexões sobre processo, porém muitas das características utilizadas para a construção desses conceitos são facilmente identificáveis. Proponho que relembremos algumas dessas formulações para que possamos compreender como é possível se aproveitar desse conceito. Alain Touraine (2006:18), um dos principais expoentes da segunda fase da teoria dos movimentos sociais, recomenda “suspender o recurso à noção de movimentos sociais, salvo quando se tratar de realidades sociais e históricas já muito estudadas”. A sua argumentação é de que é necessário não utilizar esse conceito para qualquer forma de conflito político ou ação coletiva, e essa defesa está embasada na sua percepção de que os processos políticos estão passando por mudanças radicais desde o final do século XX. Para ele, somente os conflitos que colocam em questão a “dominação social generalizada” merecem ser chamados de movimento social. É possível afirmar isso

sobre o que aconteceu no Brasil? Outra característica que Touraine explicita é que “só há movimento social se há ação coletiva — também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social” (2006:19). Nos dias com participação mais massiva, muitas pessoas saíram com pequenos cartazes que reclamavam da situação da sua escola, da sua profissão e de uma lei específica. Há ação coletiva nesse caso? A noção de ação coletiva é capaz de captar essa difusão de sujeitos que decidem ir a um protesto porque viram uma convocatória em uma rede social? Por fim, vale retomar uma característica central do conceito — que Touraine defende há muitos anos —, que é a necessidade da existência de um adversário social organizado para que haja um movimento social. O Estado foi esse adversário nos processos de junho? Não responderei essas questões, pois deixá-las em aberto possibilita que as respostas da-

queles que pensam sobre o acontecido possam contribuir para suas construções conceituais.

Para não limitar a uma única abordagem em um campo tão prolífico, trago outra definição de movimentos sociais para ser problematizada. Em um artigo escrito a seis mãos, McAdam, Tarrow e Tilly, representantes da teoria norte-americana dos movimentos sociais, definem movimento social como “uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso” (2009:21). Essa definição é mais difícil de encaixar no caso brasileiro, por conta da noção de regularidade que ela acarreta. Para os autores, as ações coletivas eventuais e conflitivas não devem ser chamadas de movimentos sociais por não serem contínuas. Ainda é difícil defender que “As Jornadas de Junho” sejam uma ação sustentada de

interação entre poderosos e despossuídos — por mais que elas possam ser o início desse processo. Outra questão central para esses autores é a necessidade da existência de um cálculo político na definição de um movimento: as ações não são frutos de emoções puras, exigem organização. Novamente pergunto: É esse o caso brasileiro?

Para Breno Bringel, a resposta é negativa se for analisado somente o estopim que ocorreu em junho. Assim, ele propõe outra categoria: “a indignação não é um movimento social. É um estado de ânimo” (Bringel, 2013:45). A defesa desse argumento se baseia na falta de uma cristalização em uma ação e concepção política estruturada. Há um excesso de sentimentos, intenções e sentidos contraditórios nas ruas que impede que esse fenômeno seja chamado de movimento social. Porém o desenrolar dos acontecimentos podem sim gerar essa ação estruturada. Mais do que sugerir novas soluções, esse momento é caracterizado por romper os “muros do silêncio”. Uma

vantagem dessa forma de compreensão é a conexão do processo nacional com um contexto global de mobilizações: o “ciclo da indignação” — tema que será tratado mais adiante.

Outro termo utilizado para descrever os processos que vêm acontecendo no mundo, e defendido pelo cientista político mexicano Benjamín Ardití é a noção de “insurgência”. Em seu artigo “Las insurgencias no tienen un plan — ellas son el plan: performativos políticos y mediadores evanescentes” (2012), ele argumenta que ao invés de querer governar o *statu quo*, as insurgências pretendem simplesmente perturbá-lo. Não exigem um programa bem delimitado, há realmente uma falta de proposições políticas, mas isso não deve ser visto como uma debilidade. Essa noção valoriza o processo em si, para além da necessidade de compreender seus resultados. A maior

contribuição da insurgência é sua capacidade de abrir novas possibilidades ao invés de desenhar uma nova ordem. Essa noção pode ser particularmente útil para evitarmos alguns problemas das análises excessivamente centradas nos resultados político-institucionais — questão que também será aprofundada mais adiante.

Para concluir essa questão da conceitualização, gostaria de trazer para o Brasil uma chave de interpretação que não está sendo utilizada,⁴ mas que pode fornecer alguns elementos interessantes para o debate. A noção de acontecimento é central no esforço de Alain Badiou de reconstrução da filosofia. De forma bastante simplificada é possível afirmar que o acontecimento é a mudança das relações entre o possível e o impossível, é algo excessivo, imprevisto. “Denomino ‘evento’⁵ uma ruptura na disposição normal dos corpos e das linguagens tal como ela

⁴ Esse conceito já foi utilizado para explicar as manifestações que vêm ocorrendo em outros países (ver Kallianos, 2011).

⁵ Não existe uma padronização nas traduções de Badiou da palavra “événement”: sendo traduzida ora como evento, ora como acontecimento. Prefiro a segunda opção, por fornecer uma imagem mais disruptiva, porém na citação preservei a opção do tradutor.

existe para uma situação particular ou tal como aparece num mundo particular” (Badiou, 2012a:138). Esse processo se contrapõe ao que o filósofo denomina como “Estado” ou “estado da situação”, que é a imposição do controle da possibilidade dos possíveis. Como aponta Leandro Ponzio (2011:33), para Badiou, “ante la aparente calma que puede mostrar una condición, lo azaroso del acontecimiento puede advenir en cualquier momento, siempre listo para desorganizar las categorías y conceptos de los que dispone el saber”. Talvez seja justamente esse momento de perplexidade que estejamos vivendo agora: um momento que ninguém previu efetivamente e no qual nossas categorias são questionadas pela realidade. Proponho que essa categoria tem a vantagem de nos levar a um questionamento radical, porém interpretado como problemática a possibilidade que seu uso desarticule o que iniciou em junho com processos de resistência anteriores. O peso dado à contingência pode levar as análises a

ignorar a construção histórica dos processos. Cabe saber se a partir desta categoria é possível conciliar estes dois caminhos. De qualquer maneira, essa discussão remete a uma questão já desgastada, mas que voltou ao debate público pós-junho...

A velha questão do novo

Voltemos para a história das teorias: na década de 1960 há a percepção de que existe uma saturação da teoria marxista para explicar os movimentos sociais da época. A partir desse diagnóstico se formula na Europa o paradigma dos novos movimentos sociais. Segundo Maria da Glória Gohn (2002), as principais características desses teóricos são cinco: construção de um modelo teórico baseado na cultura; questionamento da capacidade explicativa do marxismo; eliminação de um sujeito histórico redutor da humanidade e representado por uma vanguarda partidária; redefinição e centralização da política nas análises;

e, por fim, análise dos atores sociais prioritariamente pelas suas ações sociais e pela identidade coletiva criada nesse processo. Apesar dos avanços teóricos que essas proposições foram capazes de alcançar, elas geraram uma herança maldita para as teorias dos movimentos sociais, que é o eterno debate do novo versus o velho. É inegável que a Europa vivia um processo de transformações profundas: a classe operária perdia a sua centralidade nas lutas e era questionado o paradigma do trabalho como princípio ordenador quase que exclusivo da vida social. Porém a discussão da novidade resvala muito facilmente no que Bringel (2013) chamou de “miopia temporal presente/passado”. A noção de novidade dificulta a percepção das continuidades e rupturas quando “tende a sobre-dimensionar as lutas atuais, muitas vezes considerando-as como novos ‘mitos fundadores’” (Bringel, 2013:44). Esse é o caso sintomático do conceito

de “novíssimos movimentos sociais” que vem sendo inserido — felizmente sem grandes adesões — no debate sociológico desde o ciclo de protestos da virada do milênio que ficou conhecido, dentre outros nomes, como “movimento antiglobalização”.

A procura do novo não é nada nova, portanto, antes de nos precipitarmos na definição de um novo que se contraponha a um velho, proponho que nos perguntemos o que é inaugural nesse momento. A percepção das rupturas nos permitirá compreender melhor o processo do que simplesmente defini-lo como novidade. Mas para isso precisamos revisitar a história e perceber que já houve *black blocs* no Brasil no começo dos anos 2000,⁶ que a comunhão de identidades difusas sem uma demanda facilmente identificável já ocorreu em diversos países, como é o caso recente da Turquia,⁷ que a negação aos partidos e à noção de liderança já é comum em uma série

⁶ Ryoki e Ortellado (2004).

⁷ Valerian (2013).

de movimentos e protestos como os contrários ao aumento das passagens que ocorreram no começo dos anos 2000 em Salvador e em Florianópolis, assim como é recorrente a demanda de uma democracia mais participativa pelos movimentos sociais — vide os Dias de Ação Global. Onde estão, portanto, as novidades? Acredito que elas ainda estão por ser reconhecidas porque ainda não tiveram tempo de se sedimentarem.

Trazendo novamente as contribuições de Badiou para o debate, é interessante notar que a sua teoria do acontecimento está articulada com uma noção de sujeito e verdade. O que nos interessa para compreender esse ponto é a noção de verdade política que ele define como “uma sequência concreta e datada em que surgem, existem e desaparecem uma prática nova e um pensamento novo a respeito da emancipação coletiva” (Badiou, 2012a:132). Essas são as novidades que estamos buscando, mas para

reconhecê-las através de Badiou é necessário ver como elas se articulam com os outros dois elementos. Sujeito e verdade são conceitos inseparáveis, porque um sujeito está sempre em relação com uma verdade e uma verdade depende sempre de um sujeito. Ambos têm um começo que coincide com um acontecimento. E, por fim, o mais importante, um acontecimento depende de um sujeito e uma verdade para que se manifeste, sendo visto a partir das suas existências. Ou seja, seguindo a proposição de Badiou, a chave para encontrar as novidades do que vem acontecendo no país está na ação de determinados sujeitos que sustentam a existência dessas “verdades políticas”: processo que ele chama de militância ou de fidelidade. Um acontecimento exige nomes que o manifestem, e isso existe somente através dessa militância do sujeito por meio da organização: “The process I call 'organization' is therefore an attempt to preserve the characteristics of the event (intensification, contraction and

localization), when the event as such no longer possesses its initial potency” (Badiou, 2012b:70). Como apontamento — que exigiria uma pesquisa para verificá-lo —, ousou falar que devemos procurar as novidades olhando para os jovens que se vestem de preto e suas práticas, os professores que resignificaram as greves, os novos coletivos de mídia, as novas ocupações urbanas e culturais, dentre outros. Neles podem estar sinais de que existem novas formas de confronto de rua, novas formas de ocupação do espaço público, novas articulações das lutas locais e internacionais, novas formas de lidar com a comunicação e novos usos das tecnologias da informação. Porém, alargando o conceito de Badiou, é necessário perceber que as novidades também existem nas estratégias de controle — no que o autor chama de Estado —, assim é preciso analisar as novas formas de repressão, de criminalização e de desmobilização dos processos.

Antes, durante e depois do cume

O debate sobre rupturas e continuidades dialoga necessariamente com a história desses processos. O que iniciou e quando termina esse processo? Essas são duas questões extremamente complicadas e que vêm sendo debatidas exaustivamente porque ainda não foi possível respondê-las de maneira satisfatória. Vou tratá-las de forma separada para facilitar a exposição: primeiro a causa e posteriormente a determinação dos fins a análise das consequências. Aqui me afastarei de Badiou, pois ao contrário do que um determinado uso da categoria “acontecimento” pode gerar acredito que esses processos dialogam com uma série de processos que já estavam em curso nos locais em que se deram.

Não é possível entender o junho no Brasil, a partir de junho. O processo não começou no meio do ano. O movimento que vem sendo apontado como o iniciador — o Movimento pelo

Passe Livre (MPL) em São Paulo — já existe desde 2004, e sempre realiza manifestações quando ocorrem aumentos de passagens. Não deve ser menosprezado o trabalho feito há anos por poucos indivíduos que se organizam em torno da pauta dos transportes. Contudo, supervalorizar essa ação também é compreender pouco do processo. Dentro dessa mesma temática já ocorreram revoltas contra o aumento das passagens na maioria das grandes cidades brasileiras, e nesse ano dois aumentos já haviam sido barrados por conta de processos de conflito de rua: em Porto Alegre e em Goiânia. Nesses processos, as ações de confronto já davam sinais de que a situação estava favorável para formas de ação mais conflitivas.

Como se sabe, entretanto, não foi somente a questão dos transportes que foi para as ruas a partir de junho. Muitas indignações se misturaram, portanto, é necessário olhar também para todos os processos que contribuíram para fomentar a insatisfação. É

necessário que se faça uma pesquisa em cada uma das cidades para compreender esses processos, mas tomando como exemplo o caso do Rio de Janeiro é possível elencar alguns fatores que contribuíram: a política de remoções de moradias populares, o Ocupa Rio, que durou alguns meses na Cinelândia, a expulsão da Aldeia Maracanã, no começo do ano, a formação de redes de articulação entre as comunidades impactadas pela violência do Estado, a política de pacificação das UPPs, a alocação do orçamento público em obras voltadas para a Copa em detrimento da desvalorização de serviços básicos como educação e saúde, dentre outros.

Essa análise revela que as cidades importam muito ao falarmos sobre essas manifestações, pois a leitura de relatos sobre cada lugar revela que não foram vividas sempre da mesma forma, apesar de haver constâncias. Entretanto, não é possível pensar somente a partir do local. Será então que o Estado-nação brasileiro é realmente

a melhor escala para analisá-lo? Algumas análises que pretendem dar conta do país na verdade estão falando do que ocorreu nas principais cidades — São Paulo e Rio de Janeiro —, e quando citam outros casos, muitas vezes se utilizam do olhar midiático para embasar suas argumentações. As escalas de análise são construções sociais que facilitam a compreensão do mundo, mas, além disso, têm uma dimensão material, portanto, devem ser utilizadas cuidadosamente. O âmbito local tem uma importância particular nas análises porque é neste nível que as manifestações se desenrolaram, mesmo quando se falava em questões nacionais e internacionais. O local, entretanto, não deve ser entendido como um sinônimo de localismo, ele está sempre permeado por outras dinâmicas escalares. Ocorre o mesmo com o nacional, que é perpassado pelas escalas locais, regionais e global. Uma chave interessante para articular essas escalas nas análises é oferecida pelas

teorias transnacionais que: “lejos de borrar las identificaciones locales y los sistemas de significados, el transnacionalismo em realidad se basa em ellos para mantener los vínculos transnacionales” (Guarnizo & Smith, 1999:9). A partir dessa chave interpretativa percebe-se que a produção do local e do global ocorre em simultâneo e, portanto, ambos estão imbricados em processos semelhantes, por mais que sempre hajam particularidades.

Pensando dessa maneira, é necessário conectar o Brasil com o mundo. Qual a influência que as manifestações em outras partes do mundo exerceram para o início e para a forma como as coisas se desenrolaram por aqui? Defendo, acompanhado de outros autores,⁸ que estamos vivendo um ciclo de mobilizações globais. Dentre os nomes que vêm sendo atribuído, o que prefiro é “ciclo de indignação global”, pois dá a capacidade de pensarmos no caráter dispersivos dos fenômenos, ao contrário da noção de “ciclo

⁸ Ver: Tejerina *et alii* (2013), Pleyers e Glasius (2013).

occupy" que remete mais diretamente a uma forma de ação que nem sempre foi utilizada pelos manifestantes. Para Pleyers e Glasius (2013), esse ciclo se caracteriza por três aspectos que é a luta pela democracia, pela justiça social e pela dignidade. Para além das semelhanças nas pautas, é difícil pensar que em um mundo tão interconectado como o nosso não tenhamos sido influenciados pelo que ocorreu na Grécia, nos Estados Unidos, na Islândia, na Espanha, no México, na Turquia ou em alguns países do Norte da África. Um elemento mobilizado pelos autores para demonstrar essa lógica de conexão entre os processos é a utilização em todos eles da máscara de Guy Fawkes do quadrinho e filme *V de vingança*. Por aqui vimos essas máscaras, mas de forma mais sintomática podemos lembrar do quão popular ficaram os *black blocs* e os Anonymous.

Para pensar essa questão da difusão entre os países é interessante mencionar um exemplo sutil, porém muito significativo, retirado do filme

Com vandalismo (2013), realizado pelo coletivo cearense Nigéria Audiovisual. Em um determinado momento é entrevistado um homem que está segurando um galão de 20 litros de água vazio. Ao ser perguntado sobre o que ele faz com aquilo no meio de um protesto, ele responde que na noite anterior estava vendo filmes de protestos da Turquia no Youtube, e em um deles ele aprendeu que era uma boa técnica de defesa contra bombas de gás lacrimogêneo colocá-las em um galão e tapar a saída do ar. Há discussões clássicas sobre a difusão nos movimentos sociais, porém esse tipo de dinâmica coloca uma série de desafios na aplicação rigorosa delas. Como pensar a difusão em uma época de tanta conexão por conta da internet e das redes sociais é uma questão que tem sido levantada e que deve ser pensada se queremos encontrar as causalidades das manifestações que iniciaram em junho. Uma proposição que oferece um modelo interessante para pensarmos es-

sas questões é a formulada pelo Comitê Invisível (2013), em “A insurreição que vem”. A ideia é que as revoltas se propagam através de ressonâncias: “qualquer coisa que se constitui aqui ressoa com a onda de choque emitida por qualquer coisa que se constitui noutra lugar” (Comitê, 2013:163). A imagem utilizada para explicar a difusão é a de uma música que tem focos dispersos no tempo e no espaço, mas que vai progressivamente impondo o ritmo da sua vibração. O que do Occupy e da praça Tahrir ressoou aqui é uma questão que ainda temos que responder.

Antes de dar por encerrada a questão da causalidade é necessário perceber que não é possível respondê-la somente a partir dos processos de resistência. Quais os aspectos das conjunturas locais, nacionais e global favoreceram esse processo? Quais opressões e problemas contribuíram para a criação da indignação? Uma resposta que vem sendo formulada por alguns acadêmicos brasileiros é

que as manifestações são o resultado de um processo de acumulação financeira por parte das classes subalternas que apesar disso não conseguiram acumular direitos. Esse é o argumento de André Singer, que entra em consonância com suas formulações sobre o lulismo e o novo proletariado. Em uma entrevista concedida a Guilherme Evelin, ele defende a previsibilidade das manifestações através da leitura dos limites do lulismo. Ele chama de lulismo “um processo de reformismo fraco, de mudança estrutural do Brasil, mas muito lento e concentrado no subproletariado, os mais pobres” (Evelin, 2013). Esse processo não foi capaz de resolver os problemas urbanos, e isso impulsionou a onda de insatisfação. Ricardo Antunes e Ruy Braga (2013) compartilham do diagnóstico de que uma insatisfação com a aquisição de direitos foi um dos fatores para os levantes populares. Entretanto, discordam da caracterização de traços positivos dos dez anos do PT que faz Sin-

ger. Para eles esses anos foram marcados por uma letargia dos movimentos, que teve como causa o aprofundamento da opressão através de medidas neoliberais e de beneficiamento das elites. As manifestações de junho são para eles uma ruptura com esse processo — enquanto na chave de Singer apresentam alguns traços de continuidade de uma das tendências em conflito dentro do lulismo — e de articulação com os processos globais: “tal vez sea posible sugerir que su explosión se debe a un proceso interno de superación de un largo periodo de letargo, articulado a un proceso externo caracterizado por una época de sublevaciones en escala global que se ampliaron enormemente a partir de la crisis estructural de 2008” (Antunes e Braga, 2013:25). A partir desses dois exemplos é possível sugerir que independente do diagnóstico feito da conjuntura política-econômica é necessário que as análises causais sobre os fenômenos de junho devem levar em

consideração esses fatores, mas devem ser articuladas com as dinâmicas próprias de resistência e organização dos indivíduos e coletividades que estavam nas ruas. O que requer uma imersão na história das resistências que não pode ser substituída por análises econômicas ou político-institucionais.

Depois desses apontamentos para a compreensão do que ocorreu antes de junho é preciso pensar o durante. Como fazer esse recorte temporal? É possível falar somente de junho de 2013? Acredito que o processo não se resume a um mês na história recente do país. Com particularidades em cada cidade, é possível perceber que o processo não terminou naquele mês. Em Belo Horizonte as assembleias populares continuam ocorrendo, e no dia 26 de outubro foi iniciada uma ocupação cultural chamada Espaço Comum Luiz Estrela.⁹ Em São Paulo

⁹ Para saber mais ver: Duarte (2013).

ocorreu uma série de ocupações urbanas na região do Grajaú,¹⁰ e o MPL continua realizando atos e jornadas de luta.¹¹ No Rio de Janeiro a greve dos professores estaduais e municipais ocupou a rua até outubro. Em Recife ocorreram protestos pelo passe-livre até outubro.¹² É claro que esses processos não são iguais ao do dia 20 de junho, quando todas as cidades foram juntas para as ruas e realizaram o maior protesto da história recente do país, mas defendo que fazem parte de um mesmo processo.

É difícil estabelecer o fim de “junho” porque a retirada das ruas pode significar algo mais como a transformação das manifestações em processos de organização e de rearticulação das forças políticas. É necessário que não nos deixemos levar pelo que Bringle (2013) — seguindo os passos de Alberto Melucci — chamou de “miopia do visível”. Existem redes submersas

de articulação desses movimentos que não necessariamente estarão sempre publicamente visíveis. Não é porque não enxergamos alguma coisa que ela não existe, portanto, acredito ser precipitado decretar o fim de junho — por mais que o dia 1º de julho já tenha passado.

Independente da minha proposição de que as manifestações de junho devem ser vistas como ainda em processo, as análises sobre os possíveis resultados dos protestos iniciaram quase no mesmo dia dos acontecimentos. O foco central dessas análises é o processo eleitoral de 2014: os cientistas políticos estão fazendo várias previsões que, na maioria das vezes, oscilam entre uma possibilidade de volta da direita para o governo federal e a análise que as manifestações não terão nenhum impacto.¹³ Para além do quanto certas elas são, revelam a existência das duas últimas miopias que

¹⁰ Um bom relato das lutas que vêm acontecendo na região está em: Rede (2013b).

¹¹ Exemplo disso foi a jornada de lutas organizada no final de outubro. Ver: Nota (2013).

¹² Sá (2013).

¹³ Exemplos dessas análises estão nas opiniões emitidas pelos acadêmicos nas matérias de Viana e Costa (2013) e Oliveira (2013).

Bringel (2013) alertou: a da política e a dos resultados. A primeira “restringe a vida política à sua dimensão político-institucional, limitando as possibilidades de compreensão da reinvenção da política e do político a partir das práxis sociais emergentes”; e a segunda “tende a restringir a interpretação das mobilizações sociais a seus impactos políticos (por exemplo, o cenário eleitoral) e às dimensões ‘mensuráveis’ da ação política” (Bringel, 2013:44). É inegável que houve um diálogo constante entre as manifestações e o Estado que se deu algumas vezes a partir da tentativa de diálogo e influência nas políticas públicas e, em outro extremo, às vezes como um descrédito total das instituições políticas que se materializou através do confronto aberto com seus representantes. Porém não é produtivo limitar as nossas análises a esse diálogo, porque muitos outros resultados são possíveis de ser identificados.

Proponho como solução para essas miopias uma interpretação dos resultados que parta dos agentes e

dos processos que estão ocorrendo e não de mudanças institucionais. Para isso é necessário refletir sobre a questão das demandas do movimento. Esse é um tema complexo porque ocorreu uma explosão de demandas em junho e a disputa em torno desse aspecto foi central tanto por parte dos que estavam nas ruas, como pela grande mídia e pelo governo. Em um momento de política difusa e sem um porta-voz único, influenciar — e em alguns casos impor — qual a bandeira do movimento pareceu para muitos ser a grande disputa a ser travada. Nas ruas foram vistas demandas mais gerais como as questões da melhoria dos serviços públicos de transporte, saúde e educação, assim como a exigência de realocamento dos custos com a Copa e até mesmo a sua não realização. Também foi denunciado o alto nível de opressão estatal tanto nas manifestações quanto nas favelas — onde “as balas não são de borracha”. E houve também a luta por questões particulares e setoriais como o veto da “cura

gay”, o cancelamento da PEC37 e da criminalização do aborto. Nessas demandas ficou explicitado que forças de todo o leque político estavam disputando o seu significado: da extrema-direita até a extrema-esquerda.

Alerto para a necessidade de que ao pensarmos nas demandas as localizemos em cada cidade e em cada data, pois ocorreu uma variação muito grande, de acordo com os contextos. Um caso sintomático que corrobora o meu argumento é o dia 20 de junho, quando o que mais foi visto foram bandeiras do Brasil e caras pintadas de verde e amarelo. Em relato sobre o dia em Goiânia, Francisco Tavares (2013:1) afirma: “ontem, por exemplo, peguei um ônibus (pagando a abusiva tarifa de R\$ 2,70) com destino a Maio de 1968 e, incauto, creio ter desembarcado na estação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O nacionalismo estava nas ruas como há muito

não víamos no país, e isso deixou perplexa uma esquerda que temia as possibilidades de um golpe militar. É inegável que esse momento representou uma inflexão para o movimento, revelando a capacidade da mídia de pautar as suas demandas, porém resumir todas as manifestações a esse dia é perder muito da sua complexidade. Para contrapor essa lembrança, é interessante mencionar que no mesmo dia ocorreu uma manifestação no Grajaú, São Paulo, onde a principal faixa trazia os dizeres “Somos gregos, turcos, mexicanos. Somos sem pátria, somos revolucionários”.¹⁴

As demandas e as linguagens utilizadas revelam os sujeitos dessas manifestações. Afinal de contas, quem estava nas ruas? Os dois exemplos acima demonstram que uma diversidade imensa de atores conviveu lado a lado. Prefiro não citar números de uma pesquisa Ibope, encomendada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo,¹⁵

¹⁴ Rede (2013a).

¹⁵ Pesquisa (2013).

porque duvido muito que ela tenha ido até o Grajaú. Outro fato que me faz questionar os números apresentados pela pesquisa é perceber que algumas pessoas ficam até determinado momento nas passeatas, enquanto outras só aparecem em outros. O Ibope não deve ter conseguido entrevistar os participantes dos conflitos com a polícia que aguardavam até que chegasse o momento de entrarem em cena. Porém, apesar disso, como aponta Brinigel (2013), a despeito dos interesses próprios das agências de pesquisa, existe um consenso do protagonismo jovem nas manifestações. Se isso é verdade para junho, é possível, entretanto, relativizar quando são analisadas as manifestações das greves dos professores no Rio de Janeiro em outubro. Faltam estudos sistemáticos que nos permitam entender quem foi para as ruas levar as demandas da indignação, daí será possível interpretar se haviam interesses de classe, geracionais, religiosos ou de qualquer traço identitário. Talvez a dificuldade de fazer isso

de uma maneira impressionista esteja no fato de que esses momentos têm a capacidade de camuflar identidades. Em um relato sobre o levante grego, Hara Kouki afirma: "at the moment, we did not ask ourselves who all those people next to us were. We just knew they were our comrades" (2011:168). Cabe a nós realizar o distanciamento metodológico necessário para superar essa dificuldade.

Entretanto, mais do que entender o "verdadeiro" motivo pelo qual as pessoas se indignavam — tarefa essa que exige trabalhos empíricos para além das nossas impressões —, é interessante olhar para as demandas e os resultados através do que David Graeber (2002) chama de "política prefigurativa". Esse conceito pretende dar conta da subversão progressiva da sociedade através da prática cotidiana das utopias que são propostas pelos sujeitos, ou seja, experimentar na prática o mundo que está por vir. A partir dessa noção a questão do foco nas

pautas pode ser considerada secundária, porque o central é a performance da política. Ela está completamente de acordo com o conceito de insurgência formulado por Arditì. Podemos utilizar ambas para visualizar a importância das assembleias populares, das ocupações dos espaços públicos, da vivência intensa das ruas (chegou um momento em que no Rio de Janeiro ficou quase que instituído que todas as segundas-feiras e quintas-feiras haveria protestos) sem estar muito preocupado se isso acarretará a derrota de Dilma em 2014. A partir dessa ótica, o maior objetivo é reinventar a vida cotidiana como um todo.

Novas subjetividades, novos espaços e novas linguagens estão sendo gerados. Por isso relembro algumas palavras de Badiou para me contrapor aos que afirmam que o movimento fracassou em suas demandas. Segundo ele, "o fracasso, desde que não provoque o abandono da hipótese, é apenas a história da justificação dessa hipótese" (2012a, 10). Ao visualizarmos

as prisões em massa, a diminuição das manifestações públicas e a continuação de medidas governamentais que estavam sendo criticadas facilmente decretamos o fracasso de "junho", porém, é necessário perceber que as derrotas têm uma natureza dialética: ao mesmo tempo que há uma parte negativa (mortes, prisões, perda de força...), há também uma parte positiva (balanço tático e estratégico, mudança de modelo de ação, invenção de novas formas de ação). Essa parte positiva é mais invisível, por isso que um olhar desatento dos analistas não será capaz de captar as suas concretudes.

Como aconteceu e como foi retratado?

No último tópico desse artigo tratarei de duas questões que ofuscarão muito o debate e que estão completamente inter-relacionadas: os repertórios de ação e a mídia. A excessiva atenção à questão da "violência"

teve como um dos impulsos interesses midiáticos e tem ajudado muito para continuarmos sabendo pouco sobre o processo como um todo. Para debater a questão é interessante retomar as contribuições clássicas de Charles Tilly (1978) que, em seu livro *From Mobilization to Revolution*, argumenta que em cada momento histórico há um número limitado de repertórios de ação coletiva. Trazendo para o caso brasileiro é possível perceber que a partir de junho houve uma reorganização no repertório de ação nas manifestações. Repertórios clássicos foram retomados ganhando fôlego e sentidos próprios quando já eram pensados por alguns como ineficazes: manifestações, passeatas, performances artísticas e greves. Um caso paradigmático para perceber essa ressignificação dos repertórios foi a greve dos professores no Rio de Janeiro, que tinha como um dos principais gritos “a nossa luta unificou, é *black bloc*, favelado e professor”. A luta de uma categoria sindical por melhoras trabalhistas deixava claro que

suas questões extrapolavam as demandas oficiais do sindicato, assim como apontava para uma reorganização dos que resistem às opressões estatais.

Também houve tentativas de sedimentações de repertórios não tão comuns no país: um exemplo desse processo foi a realização de assembleias massivas em áreas públicas de várias cidades do país, assim como a ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela, em Belo Horizonte. Se elas virarão um referencial a ser mobilizado daqui para a frente só o tempo dirá. Porém é inegável que o maior exemplo da transformação dos repertórios de ação utilizados são os confrontos de rua entre os — que ficaram conhecidos como — *black blocs* e a polícia. Mesmo que já tivesse havido protestos com conflito na história recente do país, alguns elementos apontam para particularidades importantes: a intensidade, o esforço de se organizar para os conflitos e até as vestimentas.

A origem dos *black blocs* geralmente é apontada para o movimento autonomista das décadas de 1970 e 1980 na Europa, principalmente na Alemanha. Manifestações parecidas com o bloco negro foram vistas em Hamburgo na década de 1980 em defesa de ocupações urbanas. Eles ficaram famosos, entretanto, nos Dias de Ação Global no final da década de 1990.¹⁶ O que em muitas partes do mundo se consolidou como uma estratégia de atuação na rua, aqui ganhou contornos de construção identitária, havendo pessoas que se dizem *black bloc*. Cabe às pesquisas analisarem o quanto dessa construção foi influenciada pela mídia e pelo Estado como forma de possibilidade de identificação e criminalização do movimento e o quanto foi uma apropriação particular desse repertório de ação. Outro fator importante a ser analisado sobre o assunto é que independente da eficácia dos *black blocs* para conseguirem realizar os seus objetivos, a sua

existência deu força a questões como a horizontalidade, a não representatividade, a negação da autoria individual em prol de construções coletivas, a ação direta e o uso de máscaras como estratégia de defesa. Algo que foi dito alguns anos antes poderia estar sendo dito pelos “mascarados”:

A ação direta diz respeito à percepção da realidade, e à tomada por si próprio de uma ação concreta para transformá-la. Diz respeito ao trabalho coletivo para resolver nossos próprios problemas, fazendo o que refletidamente acharmos ser a forma correta de ação, sem considerar o que as várias “autoridades” julgam aceitável. Diz respeito à ampliação das fronteiras do possível, diz respeito à inspiração, ao aumento de potencial. Diz respeito ao pensamento e à ação de tomar, não de pedir e mendigar (Reclaim, 2002:95).

Esse é um vocabulário que era relativamente marginalizado no país e pode ser que ganhe força daqui para a

¹⁶ Para saber mais sobre o assunto recomendo Ned Ludd (2002).

frente, as pichações já revelam que ganham visibilidade o anarquismo e a crítica ao Estado e à polícia. Cabe aqui um questionamento da validade das análises que procuram uma relação causal entre repressão e resistência. Quão produtivo é definir se os *black blocs* ou a polícia começaram o que em determinado dia? Esses confrontos são a materialização de um diálogo entre duas forças antagônicas, e acredito que para uma melhor compreensão de ambas elas devem ser pensadas de forma relacional.

Uma última questão sobre o assunto: eu costumava ouvir de várias pessoas que sem confronto não adiantaria fazer um protesto, porque não teria visibilidade. Isso demonstrou ter certo grau de verdade a partir de junho, porém, nem tudo saiu como os que pensam a resistência gostariam. Se é verdade que o *black bloc* deu visibilidade para muitas coisas que eram invisíveis, ele também ajudou a invisibilizar tantas outras.

A partir do momento de massificação dos confrontos, a única coisa que era considerada como digno de menção era a chamada “violência”. Protestos, passeatas, assembleias, discussões e vivências que não fossem violentos pararam de ser considerados relevantes para a grande mídia, e muitos dos analistas seguiram essa tendência focando excessivamente nesses confrontos sem compreenderem muito bem o que significavam e ajudando de forma irresponsável em processos incriminatórios.¹⁷ O que ocorreu foi semelhante ao que Graber (2002) descreve ao falar do movimento antiglobalização: um uso indiscriminado da palavra violência, ao invés da descrição do que realmente ocorreu. Além de não contribuir analiticamente, esse processo facilitou a criminalização das ações de rua, o que acarretou uma série de prisões por todo o país.

¹⁷ Zaluar (2013).

Para a grande mídia era fundamental criar as imagens dos baderneiros, vândalos e mascarados. Em ótimo artigo sobre o assunto, Antonio Engelke (2013) aponta que

a narrativa das manifestações produzida pela grande mídia foi desde o início, e permanece até hoje, estruturada sobretudo em torno dos problemas da violência (depredação, vandalismo) e do transtorno (caos no trânsito, prejuízo do direito de ir e vir), tendo a figura do “mascarado” como ator principal e a polícia como coadjuvante.

Essa inversão de um ato político em episódios de violência é fruto da questão das manifestações não “falarem” e sim serem “faladas”. Ainda é preciso entender a relação e os interesses da grande mídia que tanto trabalhou para falar pelos atos. Porém, uma coisa que já é possível apontar é que o rechaço a essas representações estava nas ruas. A pauta da democratização da mídia ganhou força, e um dos gritos que mais ecoaram foi “a verdade

é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura”.

Não foi somente como crítica que a questão da mídia foi colocada; os que estavam nas ruas perceberam a importância de se organizar para criar as próprias interpretações. Houve um aumento significativo de coletivos de mídia e os movimentos se esforçaram para criar narrativas e comunicados — como é o caso do MPL de São Paulo. A dificuldade de dar conta de um movimento tão difuso não foi sentida somente pela grande mídia, mas os manifestantes também perceberam isso, tanto é que a partir de um momento foi difícil acompanhar uma quantidade tão grande de páginas do Facebook. Cabe com relação a esse ponto uma reflexão cuidadosa das potencialidades da comunicação através da internet. Esse mecanismo foi fundamental para a construção de narrativas, mas também para permitir a organização dos acontecimentos. As novas formas de comunicação estão tão imbricadas

com as manifestações que não faz sentido se questionar se elas têm alguma relação, mas sim qual a relação que estabelecem.

Sobre astúcia intelectual e ignorância

Me guiaram neste trabalho as palavras de Alfredo Falero (2013:37) sobre a necessidade de que “a teoria social não se limite à repetição, mas que permita abrir pontos de análise e introduzir, no plano metodológico, doses suficientes de astúcia intelectual entendida como a destreza de problematizar a relação teoria-empíria”. Falei a partir de experiências pessoais nos eventos e de posições políticas específicas, porém sempre tentando realizar certo movimento de distanciamento para poder fornecer contribuições sociológicas que vão além de descrições empíricas e de proposições normativas. As análises que aqui exponho são

fruto também de uma série de conversas e debates que venho participando com amigos aos quais agradeço.

Ficou claro que, apesar de sugerir interpretações para as manifestações que transformaram nosso cotidiano e nossas reflexões teóricas, a maior contribuição que pretendo com esse artigo é trazer elementos “estranhos” ao debate público para fazer com que ele se questione sobre as suas verdades. Talvez as soluções apontadas não sejam as melhores, e por isso gostaria que o que propagasse fossem as questões suscitadas. É da escolha de cada pesquisador respondê-las da maneira que acharem que mais condiz com o analisado. Assim como cabe aos que me estiverem lendo perceber que essas questões não exaurem o fenômeno, muitas outras devem surgir para facilitar a sua compreensão.

Em um momento em que a sociologia não consegue um diálogo efetivo com os que estão nas ruas, ambos os lados saem perdendo. Cabe aos que

se propõem analisar um momento de tanta efervescência fazer um exercício de deslocamento do seu linguajar e dos seus modelos habituais para que possam dar conta de algo que não é ordinário. A eficácia desse esforço é de mão dupla: pode ser fundamental para que a sociologia possa contribuir em um momento importante das nossas histórias, assim como pode facilitar a melhoria dos instrumentais sociológicos para produzir conhecimento sobre as realidades que surgem. Se não deixarmos que o mundo social transforme nossos modelos perderemos a capacidade de apreendê-lo em seu caráter

processual. Porém é interessante salientar que essa necessidade de dar respostas rápidas e de provar a capacidade de compreensão das complexidades muitas vezes está mais relacionada com a prática profissional do sociólogo e a geopolítica interna a esse fazer do que com concepções teórico-metodológicas. Em um momento em que todos ficaram impressionados ao ver o que estava acontecendo nas ruas, talvez tivesse sido mais honesto da parte da sociologia ter seguido o exemplo clássico de Sócrates e admitido a sua ignorância — mesmo que momentaneamente.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1998, v.13, n.37, p 5-31.

ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. La explosión social en Brasil: Primeras anotaciones (para un análisis posterior). *Revista Izquierda*, Bogotá, 2013, n.35, p. 24-31.

ARDITI, Benjamín. "Las insurgencias no tienen un plan, ellas son el plan": performativos políticos y mediadores evanescentes en 2011. *Debate Feminista*, México, 2012, n.46, p. 146-69.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. The rebirth of history: Times of Riots and Uprisings. 1a ed. Londres: Verso, 2012b.

'BLACK Blocs' agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio. Folha de S.Paulo. 2013. Em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BRINGEL, Breno. Movimentos e mobilizações no Brasil: agendas políticas e de pesquisa. In: *sight Inteligência*, Rio de Janeiro, 2013, n.62, p. 43-51.

COM Vandalismo. Produção de Nigéria Audiovisual. Em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

COMITÊ INVISÍVEL. A insurreição que vem. 1a ed. Brasil: Baratas, 2013.

DUARTE, Nathália. Por que o Espaço Comum Luiz Estrela é mais do que uma ocupação cultural. Em: <<http://nathaliaduarteetceteraetal.blogspot.com.br/2013/10/porque-o-espaco-comum-luiz-estrela-e.html>>. 2013. Acesso: 14 nov. 2013.

ENGELKE, Antonio. Sem controle: Mídia, Vandalismo e Crise de Representação. 2013. Disponível em: <<http://revistapittacos.org/2013/09/02/sem-controle-midia-vandalismo-e-criese-de-representacao-2/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

EVELIN, Guilherme. André Singer: "A energia social não voltará atrás". Revista Época. 2013. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2013/06/andre-singer-energia-social-nao-voltara-atras.html>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

FALERO, Alfredo. Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade – Algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. In GOHN, Maria & BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. 1a ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3a ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria & BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. 1a ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRAEBER, David. The new anarchists. *New Left Review*, Londres, 2002, n.13, p. 61-73.

GUARNIZO, Luis & SMITH, Michael. *Las Localizaciones del Transnacionalismo*. In MUMMERT, G. (Org.) *Fronteras Fragmentadas*. Zamora/Michoacán: Colégio de Michoacán, 1999.

KALLIANOS, Yannis. December as an Event in Greek Radical Politics. In VRADIS, Antonis & DALAKOGLU, Dimitris. *Revolt and Crisis in Greece*. Oakland: AKPress, 2011.

KOUKI, Hara. Short voyage to the land of ourselves. In VRADIS, Antonis & DALAKOGLU, Dimitris. *Revolt and Crisis in Greece*. Oakland: AKPress, 2011.

LUDD, Ned (Org.). *Urgência das ruas*. 1a ed. São Paulo: Conrad, 2002.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles. *Para mapear o confronto político*. Lua Nova, São Paulo, 2009, n.76, p. 11-48.

NOTA nacional do MPL sobre a semana de luta do 26 de outubro. 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/10/21/nota-nacional-do-mpl-sobre-a-semana-de-luta-do-26-de-outubro/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

OLIVEIRA, Samir. Manifestações não terão efeito nas eleições de 2014, avalia André Marenco. Sul 21. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/entrevistas-2/manifestacoes-nao-terao-efeito-em-2014-avalia-andre-marenco/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PESQUISA mostra que 46% nunca tinham participado de manifestações. G1. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/pesquisa-mostra-que-46-nunca-tinham-participado-de-manifestacoes.html>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PLEYERS, Geoffrey, GLASIUS, Marlies. The global moment of 2011: democracy, social justice and dignity. *Development and Change*, 2013, n.44, p. 547-67.

PONZO, Leandro. *Badiou: una introducción*. 1a ed. Buenos Aires: Quadrata, 2011.

RECLAIM THE STREETS. *A política das ruas: uma resposta à cobertura da mídia do mayday*. In: LUDD, Ned (org.). *Urgência das ruas*. 1a ed. São Paulo: Conrad, 2002.

REDE EXTREMO SUL. R\$ 0,20 é só o começo. 2013a. Disponível em: <<http://redeextremo-sul.wordpress.com/2013/06/21/r-020-e-so-o-comeco/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

REDE EXTREMO SUL. *Lutas no Extremo Sul*. 2013b. Disponível em: <<http://redeextremo-sul.wordpress.com/2013/09/13/lutas-no-extremo-sul/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

RYOKI, André & ORTELLADO, Pablo. *Estamos vencendo: Resistência Global no Brasil*. 1a ed. São Paulo: Conrad, 2004.

SÁ, Carolina. Carta de estudante detida durante protesto pelo passe-livre em Recife. 2013. Disponível em: <<http://reciferesiste.org/carta-de-estudante-detida-durante-protesto-pelo-passe-livre-em-recife/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

TAVARES, Francisco. *Desce na Estação Errada (ou Sobre o 20/6/2013 em Goiânia)*. 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/junho-2013-2/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

TEJERINA, Benjamín et alii. From indignation to occupation: A new wave of global mobilization. *Current Sociology*, Londres, 2013, n.61, p. 377-92.

TILLY, Charles. From Mobilization to Revolution. 1a ed. Nova York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, 2006, v.21, n.1, p. 17-28.

VALERIAN, Devrin. Street Protests and Class Power: Reflections on Current Events in Turkey, Egypt, and Brazil and the Aftermath of the Arab Spring. 2013. Disponível em: <<http://www.leftcom.org/en/articles/2013-07-09/street-protests-and-class-power-reflections-on-current-events-in-turkey-egypt>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

VIANA, Cassiano & COSTA, Octávio. Ninguém consegue capitanear os protestos. Brasil Econômico. 2013. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/ninguem-consegue-capitanear-os-protestos_133209.html>. Acesso em: 14 nov. 2013.

VRADIS, Antonis & DALAKOGLU, Dimitris. Revolt and Crisis in Greece. Oakland: AKPress, 2011.

ZALUAR, Alba. Táticas fora de lugar. Folha de S.Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/138524-taticas-fora-de-lugar.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2013.